
Coronelismo na Região Colonial Italiana: Alfredo Chaves (1903-1928)

Coronelism in Colonial Italian Region: Alfredo Chaves (1903-1928)

Márcio Alex Cordeiro Biavaschi*

Resumo: Objetiva-se analisar as condições da manutenção do coronelismo na Região Colonial Italiana (Alfredo Chaves, especificamente). Contudo, esse projeto político estava invariavelmente pontuado pelos interesses econômicos das populações coloniais ao preço da perda de legitimidade do PRR, que se refletiria em prejuízos eleitorais, no surgimento de dissidências internas e em constrangimentos perante as oposições.

Abstract: This article analyses how the coronelism was maintained in italian imigration sites (Alfredo Chaves, specifically). Nevertheless, this political project was full of economic interest of the people of these cities because of loss of credibility of PRR. That showed in bad resulted elections, internal fights and constraint before the opponents.

Palavras-chave: História regional; Relações de poder; História política.

Keywords: Regional history; Power relations; Political history.

Introdução

Este artigo pretende contribuir para uma melhor compreensão do coronelismo na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (RCI), atendo-se especificamente ao Município de Alfredo Chaves (atual Município de Veranópolis) e suas lideranças locais, bem como suas relações de poder com o modelo de governo de Borges de Medeiros. Tão logo as colônias italianas convertem-se em municípios, têm início

* Licenciado em História pela UFSM. Mestre em História pela PUCRS. Doutor em História pela PUCRS. *E-mail:* mbiavaschi@gmail.com

os conflitos entre lideranças locais, em uma prolongada disputa por privilégios, cargos públicos ou auxílios governamentais.

Primeiras disputas coronelistas

A Colônia de Alfredo Chaves foi convertida em município no ano de 1898, por decreto de Borges de Medeiros, tendo sido nomeado como primeiro intendente o Capitão Albano Coelho de Souza. Logo na primeira eleição para a Intendência, surgem divergências entre os republicanos locais, como afirma o intendente em telegrama de 13 de junho de 1898:

Partido Republicano em peso aclamaram minha candidatura, sem que pedisse. Galvão [Costa] aqui, iludindo colonos, dizendo seus agentes governo mandou ele como candidato oficial, está trazendo discórdias, companheiros todos descontentes, partido telegrafou Dr. Castilhos, eleição preparada. O que devo dizer companheiros? Aguardo vossa resposta e Dr. Castilhos.¹

Em setembro de 1899, Albano Coelho de Souza se exonera de seu cargo e, antes de ser realizada nova eleição, assume como intendente interino Pellegrino Guzzo (de setembro a dezembro de 1899). Elege-se, então, Alfredo Lima, que completou o mandato que seria de Albano Coelho de Souza, até 1902, não sem antes se atritar com o Padre Mateus Pasquali.

No ano de 1900, o intendente Alfredo Lima, maçom, procedente “de Bento Gonçalves, onde exercia, desde 1895, as funções de Coletor Estadual” (FRANCO, 1998, p. 69), entrou em conflito com o Padre Mateus Pasquali, que “censurou do púlpito as desordens administrativas e privadas do intendente e seus companheiros”. (DUARTE, 1997, p. 313). Segundo Farina, Alfredo Lima elevou extremamente os impostos, além de demonstrar ser um administrador “displicente, egocêntrico, autoritário”. (1992, p. 67). Após deixar a administração, o Conselho Municipal constituiu uma comissão para examinar as contas do ex-intendente, tendo reconhecido a existência de um desfalque de 16:626\$160 réis, de modo que Alfredo Lima foi denunciado por crime de peculato. Conforme menciona Costa Franco,

desde março de 1903, depois de se retirar para Bento Gonçalves, o réu não foi mais encontrado, e o processo não teve andamento regular. Em 1911, foi decretada a prescrição da ação penal. [...] Foi o mesmo Alfredo Lima o intendente que adquiriu, para servir de sede da Intendência Municipal, o prédio pertencente ao funcionário público peculatório Francisco Carlos Resin Barreto Leite, chefe da Comissão de Terras, o qual, desta forma, cobriu o desfalque que causara à Fazenda do Estado em sua repartição. Uma das irregularidades que se atribuíram depois a Alfredo Lima foi ter-se apropriado de uma parcela da verba aprovada para a compra do prédio da Intendência. (1998, p. 69-70).

Alfredo Lima terminou seus dias no Estado de Mato Grosso. (DUARTE, 1997, p. 314). Albano Coelho de Souza foi reeleito para o quadriênio de 1902 a 1906, mas não concluiu seu mandato, pois, em 1904, após pedir demissão do cargo, nomeia o vice-intendente João Leivas de Carvalho. Esse foi um período de denúncias de parte a parte e da constituição de dois grupos políticos adversários no interior do PRR de Alfredo Chaves. Antes de renunciar a seu mandato, Albano Coelho de Souza envia uma carta a Borges relatando as péssimas condições financeiras da Intendência, além de justificar o empréstimo contraído pelo município no Banco da Província (e ao atraso no pagamento desse), ao alegar a inadimplência dos colonos:

Acuso o recebimento da carta de V. Ex., e ciente de seu conteúdo, passo a responder: O ano próximo passado esta Intendência mandou a prestação de dez contos de réis, que, segundo me consta, pelo contrato, feito com o Banco, é obrigada a dar anualmente, isto em 19 de abril de 1902. V. Ex. sabe o estado precário em que recebi esta Intendência; empregados todos em atraso em seus vencimentos, operários, que trabalhavam por ordem do ex-Intendente, em desembolso de seus salários, o município em péssimas condições, isto é, estradas, pontes e ruas. Tem sido minha principal ocupação não só, saldar as dívidas internas, como procurar atender às necessidades mais urgentes, quanto a melhoramentos materiais, e infelizmente, devido a circular suspendendo o imposto denominado “focolar” e que mais tarde foi substituído pelo “pessoal”, tem retardado a cobrança de impostos de tal forma, que devendo esta ser feita até 31 de Março; fui obrigado a prorrogá-la até 30 do corrente sem multa aos contribuintes, em vista da falta de recursos pecuniários dos mesmos e é assim que até esta data a cobrança tem sido insignificante e se assim não fosse há muito teria

mandado ao Banco a prestação anual; e mesmo agora para atender à solicitação de V. Ex. contraí um empréstimo de dois contos de réis para com os oito que reservava em Caixa para o Banco, perfazer a quantia de dez contos, que remeto nesta data ao mesmo, prestação que esta Intendência tem que entrar este ano, como pagamento de juros e amortização do Capital. Creia V. Ex. que tenho feito todos os melhoramentos materiais com uma economia rigorosa com o fim de ver se esta Intendência pode amortizar tanto quanto for possível essa dívida; mas, como já disse, os contribuintes, devido ao imposto territorial, tem-se tornado rebeldes com os pagamentos à Intendência, não é porque não procure todos os meios a meu alcance para facilitar-lhes as suas contribuições e pode V. Ex. ficar descansado que procuro na medida de minhas forças todos os meios de conservar ileso o crédito da Intendência. Vai o cidadão José Cagliari, empregado municipal, levar a referida prestação e quando aí for falarei à V. Ex. relativamente ao contrato desta Intendência com o Banco.²

Tudo leva a crer que o intendente Albano Coelho de Souza tenha sofrido pressão borgista para renunciar ao cargo, principalmente após carta “reservadíssima” do médico italiano Attilio Giuriolo, que retratava o quadro de corrupção administrativa no Município de Alfredo Chaves, especialmente em relação às denúncias de corrupção contra o intendente Albano Coelho de Souza e contra o chefe da Comissão de Terras, Francisco Carlos Rosin Barreto Leite:

Era do meu desejo e do Real Cônsul da Itália, Cavalheiro Enrico Capelli de apresentá-la a V. Ex., mas o Real Cônsul havendo depois disposto diversamente, pensei oportuno substituir a minha visita com esta minha carta. Provou-se de modo mais que exuberante que a minha prisão, antes que motivada por acusações subsistentes foi provocada por mesquinhas perseguições. Não venho ao Exmo. Sr. para reclamar seus danos morais e materiais sofridos, porque a sentença do Juiz me tem mais que satisfeito; mas recorro a V. Ex. a fim de que semelhantes fatos não venham a repetir-se, e ainda para fazer ciente a V. Ex. de quanto se passa há algum tempo em Alfredo Chaves. Passado o tufão da revolução, quando já então se haviam dissipado as discórdias do partido, quando já então a Colônia anelava pelo seu progresso a um período de paz e tranquilidade, desgraçadamente aquela caiu sob a infausta administração do Barreto Leite, para passar depois sob a municipal, que, doloroso é dizê-lo, fez até hoje poucas vantagens. [...] O processo LIMA, o fato sucedido há pouco tempo à viúva de

ARAÚJO (extorsão de 500\$000 rs. da parte do Coletor Estadual e do Delegado), o processo intentado contra o Escrivão de Órfãos, sr. Dourado, por prevaricação, e pelo mesmo delito o intentado contra o Escrivão do Cível, sr. Antônio Gomes Ferreira Filho, e contra o Major sr. Licínio de Oliveira Mendes, juiz distrital, estão a provar luminosamente como tais escândalos são tão públicos, que a consciência da Colônia teria ficado anarquizada, se não a regesse o respeito e a devoção às instituições, que estes funcionários com seus cargos representam. [...] Não é só minha opinião pessoal, porém é unânime juízo de todos os comerciantes e de todos os colonos, que a persistência de certas miseráveis plantas nesta ubertosa terra não fará senão exaurir de todas as suas energias latentes, de toda a sua força vital. Alfredo Chaves ambiciona ocupar como “Pérola” o segundo posto no grande diadema do núcleo colonial italiano deste Estado. Mas, para que isso aconteça, são necessários outros meios de ação; e é para o esclarecimento disto que um povo laborioso requer a Vossa Excelência. Só deste modo a Colônia de Alfredo Chaves poderá, um outro dia, tomar parte importante na atividade comercial, no progresso do Estado e, com verdadeiro sentimento, correr em sua defesa quando se apresentasse a necessidade. Excelência! Tornar-nos rio-grandenses não deverá ser apenas um fato histórico-social de um dia futuro, mas desde hoje esse deveria ser o esforço para o qual com orgulho nós todos devêssemos tender. Mas, em tempo algum se poderia chegar a isto, sem a intervenção iluminada daqueles que hoje regem os destinos do Estado. Impedir que sucedam mais escândalos, com oportunas providências no pessoal administrativo, policial e judiciário da Colônia e iniciar assim uma era nova de tranquilidade e de paz é quanto de V. Ex. se requer.³

O intendente Albano Coelho de Souza, no intuito de se mostrar sensível às solicitações do Distrito de Monte Vêneto, ao mesmo tempo que tentava passar a imagem de que seu poder encontra-se inalterado, indica a Borges a nomeação de pessoas de sua preferência e conveniência:

Desde que assumi o exercício do cargo de intendente deste município, o povo do 3 distrito municipal – Monte Veneto – me tem solicitado com grande instância a elevação do mesmo, a distrito judiciário, alegando a grande distância que o separa do primeiro e do segundo distrito. [...] Se V. Ex. aceder ao justo apelo que os habitantes daquele distrito vos dirigem, por meu intermédio, e ao qual, por achar justíssimo, ajunto meu pedido, podeis nomear para ocupar o lugar de Juiz Distrital o cidadão João Scarton e os suplentes – Ubaldo Giordano,

Victorio Della Pasqua e André Tonial. É sempre com grande desvanecimento, que aproveito todas as ocasiões que se me oferece, para repetir a V. Ex. que a harmonia e solidariedade republicana neste município é, hoje, mais do que nunca, uma realidade e que os sábios ensinamentos do grande Mestre, do qual sois digno continuador, são seguidos religiosamente.⁴

Tantas indicações para distritos coloniais revelam a importância que tais localidades davam à permanência ou não de um intendente em seu cargo. As reivindicações dos colonos eram importantes não apenas em períodos eleitorais, mas eram constantemente levadas em consideração pelas autoridades, como se observa na carta que segue, na qual os remetentes barganham a permanência do intendente Albano Coelho de Souza em troca de seus votos. Chegam, mesmo, a fazer ameaças ao constatarem a possibilidade de o edil deixar seu cargo por estar “magoado com as calúnias infames [...] a ponto de ter ficado doente”:

Qual intendente como nosso, que é idolatrado dos colonos que dizem que perderam o seu pai, Dr. Montaury, mas que Deus os deu outro e dizem mais, que são capazes de tudo conquanto que não saia o querido Intendente; [...] a guerra que movem contra o Intendente é porque ele é bom para os colonos, honesto, trabalhador e ajuda muito os colonos [...] e é tal a confiança que depositamos em V. Ex. [...], que ficamos descansados que ele ficará convencido da necessidade de permanecer aqui e se tal não acontecer garantimos que mais ninguém ficará aqui, nem três meses e mesmo os colonos dizem que se este sair por causa desses quatro intrigantes, que eles não votam mais.⁵

Afirmando possuir prestígio em Alfredo Chaves, Albano Coelho de Souza reitera a situação de insegurança em que se encontrava, afirmando ter o apoio dos pequenos agricultores e do setor comercial, ao mesmo tempo que solicitava colocação em novo emprego público, no intuito de reforçar seu prestígio com Borges, projetando seu futuro longe da Intendência:

Cheguei a minha residência, à noite vieram diversos inspetores seccionais, em nome dos colonos, a fim de saberem se de fato eu ficava ou não, pois que, estavam todos prontos a protestarem contra a

nomeação do vice-intendente, desde que eu não ficasse, pois não compreendiam como eu tendo a Colônia em peso ao meu lado, pudesse deixar a Intendência. [...] O Comércio teve igual procedimento acomodei-o; enfim aqueles que ontem eram ocultamente contra mim hoje são os mais exaltados e os que mais se esforçam para que eu não deixe a Intendência; tenho explicado a todos que vou pedir ao Conselho uma licença por tempo indeterminado e que conquanto seja o Chefe político local, sou sempre o Intendente do Município, pois que o vice-intendente assume o exercício do cargo e o exerce no impedimento do intendente e que portanto estarei ao lado dos amigos e que faremos tudo de comum acordo, conseguindo por este modo serenar os ânimos. Agora quanto à minha colocação comunico a V. Ex. que examinando o Cartório do Registro Hipotecário, verifiquei que no ano passado deu apenas novecentos e tantos mil-réis e este ano, até agora, muito menos e que como se vê é insuficiente para dar subsistência à minha família. O Átila (notário) disse-me que se V. Ex. lhe desse uma colocação aí, desistiria do Cartório para mim; os dois acumulados dá para viver-se [...]. Se fosse possível a criação da Comarca aqui, eu aceitaria de bom gosto o lugar de promotor, porque podia também advogar; enfim aguardo a resposta de V. Ex., podendo desde já ficar ciente que acima de tudo sou republicano e amigo dedicado de V. Ex. e que portanto qualquer que seja a resolução que tomar eu me submeto. [...] Para boa marcha política, peço a V. Ex. que seja com máxima brevidade nomeados os professores interinos, Oswaldo Ribeiro para a aula de Capoeiras e Jacintho Antonio Ceratto para a do número cem. Lembro também a V. Ex. que o Fiscal do Selo Federal daqui, que de nada serve e até é prejudicial à política; pode ser removido e nomeado meu filho Coriolando Coelho de Souza, e desta forma, com o cartório de hipotecas poderei viver.⁶

Mesmo que o apoio dos colonos tenha sido um artifício discursivo com o intuito de assegurar a Borges seu prestígio nos distritos coloniais, esse estratagema do Coronel Albano Coelho de Souza revela como se davam as relações de poder coronelistas na RCI, onde a força política dos colonos jamais fora desprezada por aqueles que almejavam posições de poder nos municípios.

Contudo, os pedidos pela permanência não foram atendidos, e o substituto do Coronel Albano Coelho de Souza, o vice-intendente João Leivas de Carvalho, formado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, relata a Borges de Medeiros o precário estado da administração de Alfredo

Chaves, agravado devido a incêndio no prédio da Intendência que ocorreu no dia de sua posse:

A origem do fogo, segundo suponho, foi totalmente casual, tendo começo numa escarradeira de serragem onde foram lançadas diversas pontas de cigarro pelas pessoas que vinham dar as boas vindas. Recordo-me que o último foi o Coronel Albano, com quem palestrei a sós, tendo ocasião de transmitir-lhe vosso recado referente a impossibilidade de sua colocação aqui e o desejo que manifestastes dele mudar-se para Montenegro para o que falaríeis com o Coronel Moraes. Ele não deu-me decisão alguma. Mais uma vez, atendendo à boa marcha da administração e harmonia partidárias, peço-vos que tireis esse indivíduo daqui, que muito pode prejudicar devido à sua falta de critério e elevada dose de petulância e falsidade. Voltando a falar sobre o incêndio da Intendência. Se bem que corresse de momento a versão de que tivesse ele sido proposital, é ela no entretanto infundada, não deixando, porém, a meu pedido de ser aberto pelo Delegado [Henrique] Finger o competente inquérito.⁷

Em mais uma carta, João Leivas de Carvalho, mesmo que veladamente, teme a permanência, no município, de Albano Coelho de Souza, provavelmente pelo fato de que sua presença podia suscitar confrontos no interior do PRR local e obstaculizar sua administração:

Aqui está em serviço da dívida ativa do Estado, o sr. Albano Coelho de Souza que, muito propositalmente, alugou casa e diz aqui permanecer por meses. É estranhável essa sua resolução quando é fato, sabido por todos, que a dívida deste município é muito insignificante relativamente a de outros de sua zona, como Caxias, que é de mais de 70 contos. Parece-me, pois, um plano preconcebido e que eu desejaria, como diz a máxima republicana, antes prevenir que punir. Registrando-o e levando-o ao conhecimento de V. Ex. tenho em intenção cooperar para a estabilidade da ordem e do sossego de espírito da família deste município já há um ano em completa calma.⁸

Política em tempos de calamidade

Na carta supracitada, o intendente solicita a Borges de Medeiros medidas de auxílio aos colonos atingidos pela praga de gafanhotos que invadiu a região e o município em outubro de 1905, destruindo as

plantações dos agricultores, que, praticamente, nada colheram naquele ano. Afirma João Leivas de Carvalho: “Logo que chegarem as sementes de arroz e algodão fornecidas a mim, em nome do Governo, pelo “Centro Econômico”, as distribuirei pelos colonos; já tendo para isso avisado a todos eles por intermédio dos padres, nas missas conventuais.”⁹

O direcionamento de recursos extraordinários em momentos de calamidade era imprescindível para que a legitimidade dos intendentos não fosse contestada. A demora no atendimento poderia gerar protestos, que seriam canalizados por líderes comunitários nos distritos coloniais, assim como por lideranças afastadas do poder local. Agravada pela estiagem que se estendeu por vários meses, a praga de gafanhotos deixou a Intendência de Alfredo Chaves em grandes dificuldades, pois os contribuintes não possuíam condições de pagar os impostos. No combate à praga, a Intendência oferecia até 2.000 réis por saco de gafanhotos mortos, apelando, inclusive, para recursos de ordem espiritual, através de procissões, novenas, bênçãos, promessas e construção de capelas. (VENDRAME, 2007, p. 178-185).

A falta de mantimentos agravou-se e, juntamente com o governo do Estado, foram organizadas frentes de trabalho nas estradas públicas do município, como uma forma de empregar os colonos reduzidos à miséria. Contudo, os motivos de tal calamidade não foram levados em consideração naquele momento, como apropriadamente menciona Geraldo Farina:

Mas a praga do gafanhoto que tanto sofrimento trouxe ao povo místico de Alfredo Chaves, tinha uma explicação científica: o impacto do meio ambiente sofrido pela derrubada de 80% das florestas nativas em menos de vinte anos e o quase aniquilamento dos passarinhos, mais as extensas plantações. Eis, então, o primeiro desequilíbrio ecológico que, só não foi de maiores proporções por ter ainda certa quantidade de florestas nativas, somado ao combate vigoroso da praga. A seca, aliás, que antecedeu a praga e o forte calor, também resultante do desequilíbrio ecológico. (1992, p. 72).

Essa praga de gafanhotos abateu-se sobre toda a RCI, como se observa na carta do intendente de Garibaldi, Coronel Jacob Nicolau Ely, em pedido de auxílio a Borges de Medeiros:

Conforme incumbência que me confiou, fiz a excursão pelo município, a fim de verificar os estragos da lavoura, ocasionados pelo flagelo que manifestou-se em nosso estado. Como medida de socorrer na ocasião as vítimas que precisam trabalho, lembro a V. Ex. a abertura da estrada que, partindo da sede desta vila vai a Santa Theresa (município de Bento Gonçalves) [...]. Espero que, sendo possível, minha aspiração se realize sem demasia.¹⁰

Em Bento Gonçalves, a praga de gafanhotos também provocou grandes prejuízos à população colonial, como atesta a carta do intendente Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior enviada a Borges de Medeiros:

Em boa hora cheguei aqui, onde vim encontrar os colonos, de uma grande zona do município, quase sublevados com a invasão dos gafanhotos, que tudo tem destruído, deixando famílias inteiras na miséria e desesperação, que reclamavam providências. Estas prontamente foram dadas, mandando fornecer aniagem para os tendões, como eles chamam, grandes sacos, nos quais pegam os gafanhotos, deitando-os ao fogo ou enterrando-os em covas profundas. Independente desse recurso, já bastante oneroso ao município, outras providências tomei, mandando circulares aos inspetores, ordenando de reunirem os moradores de suas seções, a fim de auxiliarem a matança [...], no que tem sido obedecido, sendo uma dádiva salvadora.¹¹

Voltando às relações de poder em Alfredo Chaves, o temor do intendente João Leivas de Carvalho de que o seu antecessor, Albano Coelho de Souza, ainda presente na região, se converteria em adversário tinha fundamento. Em carta de outubro de 1905, Albano Coelho de Souza cogita reassumir a Intendência, ao afirmar ainda possuir prestígio na localidade, o que evidencia o fracionamento do PRR em Alfredo Chaves:

Cheguei no dia cinco do corrente à tarde, para proceder a cobrança da dívida ativa, como estou procedendo nos municípios de Caxias, São Sebastião, Garibaldi e Bento Gonçalves, por meio de agentes. Logo após a minha chegada vieram visitar-me todo o funcionalismo público, comércio e demais companheiros da Vila, e bem assim os principais influentes dos distritos rurais; os colonos chegam diariamente. As

reclamações contra a administração e a política são muitas que seria impossível aqui relatá-las, posso, do que vi e ouvi, garantir a V. Ex. que a política vai muito mal. [...] O próprio Dr. Leivas não poderá negar à V. Ex. o que afirmo acima. O que comunico a V. Ex. é a expressão da verdade e posso provar de qualquer forma. V. Ex. sabe perfeitamente que nunca cogitei de reassumir o cargo de Intendente e tanto é verdade que estive um longo tempo desempregado e não o fiz; mas também sabe também que sou muito republicano e patriota, que tenho verdadeira orientação política, fiel ao extremo ao meu chefe que é V. Ex.; mas que sacrifiquei tudo pela República e que vejo aqui o esfacelamento do partido e o adversário ganhando terreno, como muito breve há de ver-se nas eleições.¹²

Nesse ambiente de mútuas acusações de parte a parte, denúncias contra o intendente João Leivas de Carvalho são feitas pelo advogado João Marques da Silva Porto, partidário da facção de Albano Coelho de Souza:

O Sr. Dr. Leivas, estando repudiado pela quase totalidade dos habitantes deste município, quer agora continuar com violências ainda piores que a que mandou praticar na noite de 23 de setembro de 1904 com o advogado Abel Zacharias da Paixão, feito este do qual se tem gloriado, dizendo não lhe custar a fazer o mesmo em mais algum. O Sr. Dr. Leivas começou sua desastrada política, desassombadamente propondo vantagens aos federalistas, tais como: qualificarem eles o maior número de eleitores possível, e que eles teriam todas as garantias nas eleições federais e estaduais, e que ele só fazia questão de ser intendente, contando assim com o auxílio dos federalistas. Ao mesmo tempo que essas propostas de homem pouco leal fazia, procurava a hostilidade de todos, apregoando tê-los comprado com galões de Guarda Nacional e promessas de empregos. [...] A criação de distritos e empregos para empregar parentes afilhados; a falta de urbanidade com o povo; a ponto de não receber os colonos diretamente; as perseguições e falsidades e até calúnias; as finanças do município arruinadas de maneira espantosa são a causa do isolamento em que se acha o Sr. Dr. Leivas. [...] Sonhando que seria o signatário destas linhas, fiscal de algum candidato, procurava o Sr. Leivas e o Sr. Delegado de Polícia violentar minha pessoa; assim é que, há dias, tenho avisos para resguardar-me e até para retirar-me do município, tendo esses Srs. chegado ao ponto de hoje, às 6 horas da manhã, tentarem mandar convidar o indivíduo Attilio Giuriolo, de quem não me lembro, que desse uma denúncia contra a minha pessoa,

como tentando matá-lo e que o delegado se encarregaria das providências (!!!) O critério do abordado fez gozar essa indignidade.¹³

Em outra carta do advogado João Marques da Silva Porto, as denúncias e as perseguições que sofria por parte de partidários do intendente João Leivas de Carvalho são acentuadas:

Contrário a explosões pela imprensa; acostumado a muito meditar antes do emprego dos meios que a lei faculta ao Cidadão para, dentro dela, promover a repressão dos atos injustos e até criminosos emanados de autoridades que, em vez de Juízes, constituem-se verdadeiros perturbadores da ordem e da tranquilidade do Cidadão [...] venho pela segunda vez à presença de V. Ex. esclarecer o procedimento pouco digno dos srs. Vice-intendente e seu tio, o delegado de polícia, referente à indigna farsa que tem tentado preparar e executar contra minha pessoa. [...] Em minha carta de 2 de janeiro havia comunicado à V. Ex. o fato de ter sido uma pessoa abordada pelos srs. Vice-intendente e delegado para o fim de ir ter com Attilio Giuriolo para combinarem uma falsa denúncia contra minha pessoa pelo “crime de tentativa de morte”. [...] No dia 13 do corrente, vindo o sr. Borowski, médico licenciado, residente em Lagoa Vermelha, ao hotel em que resido, em conversa, disse-me: No mês passado o [José Maria Carneiro da] Fontoura foi à casa de Gioriolo e disse-lhe “que o delegado de polícia lhe havia pedido, em seu nome e no nome de Leivas para convidá-lo a apresentar uma queixa contra Porto declarando que este o havia ido matar e que antes do dia 30 deveria ser apresentada a denúncia e Porto preso”. [...] De qualquer funcionário deste município, salvo da família Carvalho, não temo a resposta a uma indagação sobre: se mereço processos, perseguições ou falta de consideração da sociedade.¹⁴

Mesmo persistindo e sendo reforçadas as acusações de arbitrariedade e de abuso de poder, João Leivas de Carvalho foi o candidato oficial do PRR nas eleições municipais de julho de 1906, sendo eleito intendente para o mandato de 1906 a 1910:

Conforme telegrafei à V. Ex., a eleição que, em 15 do corrente sufragou, por indicação do benemérito chefe do Partido Republicano, meu nome ao honroso e árduo cargo de intendente deste município, correu animada e em perfeita ordem. [...] Conforme convencionei com V. Ex. solicito

a transferência do professor Miguel A. Cardozo para Capoeiras, aula vaga com a remoção do professor João do C. Rosa Lima e, a aula daquele, para os subúrbios da vila, nomeando para regê-la o professor Eduardo Duarte, do Lageadinho; e para esta indico, com licença de V. Ex., o professor Zoraido Arizzi, aprovado ultimamente por cuja nomeação me empenho.¹⁵

Os funcionários públicos que se sentiam perseguidos pelas forças políticas locais, não deixavam de solicitar auxílio a Borges de Medeiros, como foi o caso de José Maria Carneiro da Fontoura:

Tive ciência de que o Dr. Leivas organizara um “nós abaixo-assinados”, a fim de atestarem que eu fora quem agenciara assinaturas pedidos a V. Ex. para ser apresentado como candidato oficial para intendente deste município o cidadão Joaquim dos Santos Gama, e que essas assinaturas foram obtidas por ameaças de multas etc., etc., visto ser eu Fiscal Federal. [...] Só existem dois motivos que fazem com que o Dr. Leivas me faça guerra, as quais são as seguintes: 1º: ter inveja da estima e consideração que neste município gozo, e em 2º, ambicionar o meu emprego para dar a um seu primo, não havendo mais motivo, porque nunca me envolvera em sua administração, acompanhando sempre o partido republicano, pois tenho sido por várias vezes mesário de mesas eleitorais e concorrido para o bom resultado etc., etc.¹⁶

As denúncias ao intendente João Leivas de Carvalho, em relação às perseguições a funcionários públicos, evidenciam que as lutas políticas regionais estavam muitas vezes pautadas pela disputa e obtenção de cargos do funcionalismo, para favorecer familiares ou aliados, como forma de poderio de determinada facção partidária:

V. Ex. talvez não ignore a injusta perseguição que o sr. dr. Leivas de Carvalho, da qual eu não sei explicar o motivo, fez e está fazendo contra mim, pobre velho, querendo tirar-me o único amparo da Coletoria Federal, esquecendo os bons serviços prestados à causa Republicana, nos momentos difíceis quando perigava o nosso belo alicerce republicano, que tanto sangue tinha custado aos seus valorosos precursores, nos números quais existe ainda obscuro e esquecido mártir o meu pobre e infeliz filho que teve a garganta cortada pela horda infame dos facínoras maragatos. Como pode se explicar o procedimento do sr. dr. Leivas, se não ele querer colocar os seus parentes como é voz geral?¹⁷

Devido a tantas pressões, João Leivas de Carvalho não concluiu seu mandato, pois solicitou licença de 6 meses do cargo ainda em janeiro de 1907. Antes da licença, em carta a Borges de Medeiros, João Leivas de Carvalho indica Pellegrino Guzzo para o cargo de vice-intendente, além de citar nominalmente seus adversários:

Apenas deixaram de compartilhar do regozijo e de tomar parte na manifestação que se levou a efeito àquele amigo, os empregados estaduais Joaquim Greco, escrivão de casamentos e óbitos, e João Miguel da Rosa, coletor. Isso, porém, não me admirou, visto que, ultimamente, tem sido esses dois funcionários auxiliados pelos despeitados e candidatos à empregos, o pivô da discórdia da família republicana local.¹⁸

No lugar de João Leivas de Carvalho assume o vice-intendente Pellegrino Guzzo, italiano que, talvez por esse motivo, foi saudado inclusive por lideranças federalistas da região, como Antônio Tagliari Filho:

Quando um cidadão, embora o mais humilde no meio em que vive, manifesta, a quem preside os destinos político-administrativos de uma população ou fração dela, os seus sinceros aplausos, motivados por um ato que reflete justiça e que, por isto mesmo, só redundará em benefício geral desse meio, entende o signatário que a sua manifestação, espontânea e sincera, não possa ser considerada como uma espécie de adulação ou engrossamento, como se costuma dizer vulgarmente. Ao Sr. Pellegrino Guzzo, a quem V. Ex. confiou, em boa hora, os destinos deste município, faltam, certamente, as primeiras noções de qualquer cultivo intelectual, mas não é menos verdade que qualidades superiores o distinguem: inteligente, honesto, bem intencionado e probo.¹⁹

Na administração do novo intendente, continuam as desavenças com funcionários estaduais que eram opositores de seu antecessor, como se observa nesta carta:

Sou obrigado levar ao elevado conhecimento de V. Ex. o péssimo procedimento político dos senhores João Miguel da Rosa, Coletor Estadual, e de seu escrivão, Fidélis Carlos d'Elia, em relação ao telegrama

de solidariedade, passado daqui a V. Ex. De acordo prévio com os companheiros desta localidade foi resolvido passarmos o telegrama a que acima aludi, para cuja assinatura foram convidados os supraditos funcionários que negaram-se, peremptoriamente, a assumir esse tão digno quão urgente compromisso. [...] Ora tendo-se em vista a gravidade do momento porque passa o partido republicano, julgo-me obrigado a levar o criminoso fato ao conhecimento de V. Ex. para que, com vossas sábias resoluções, providencieis como for de Justiça, porquanto a impunidade desse atrevido comportamento trará, por se tratar de dois funcionários públicos, fatalmente, graves consequências para o partido, que imerecidamente me confiastes.²⁰

Insistindo na questão do telegrama não assinado por opositores de sua administração, Pellegrino Guzzo procura acentuar a Borges de Medeiros que tal “desobediência” seria decorrência de fatores externos à política local (a candidatura de Fernando Abbott) e não como uma forma de protesto a seu poder de mando municipal, eximindo-se de responsabilidade pelo fato:

Por me ser verbalmente pedido, declaro que o cidadão João Miguel da Rosa, declarou-me pessoalmente, e também por intermédio do sr. José Cagliari, que não assinará o telegrama que lhe fora apresentado por julgá-lo ofensivo ao dr. Fernando Abbott; que tinha sagrados deveres de gratidão com a família Abbott e iguais para com o Exmo. Sr. Dr. Borges de Medeiros, que é republicano disciplinado e votará no candidato oficial.²¹

Mesmo licenciado do cargo intencional, João Leivas de Carvalho, através do intendente em exercício, Pellegrino Guzzo, continuou em busca de cargos públicos para si, o que comprova que esses postos eram imprescindíveis àqueles que almejavam posições de mando:

Aproveito a oportunidade de pedir-vos informações referentes à licença solicitada ao Conselho Municipal, pelo Dr. João Leivas e bem assim acerca de sua nomeação para outro cargo. [...] Dado, portanto, o caso ao Dr. Leivas optar por essa nova colocação [subintendência do 1º distrito], nomearei incontinenti, para esse cargo [Seção de Terras], o Sr. Isidoro Cavedon que, não só desempenhará perfeitamente as funções desse cargo, como também muito contribuirá, atento à sua reconhecida influência entre os colonos, para o bom êxito das próximas eleições.²²

O fato de Pellegrino Guzzo insistir com Borges de Medeiros na nomeação de Isidoro Cavedon, em detrimento da indicação borgista do nome de José Cagliari, pertencente à facção de Albano Coelho de Souza, provavelmente tenha contribuído para o desgaste de sua imagem perante o líder partidário e sua posterior derrocada:

Acuso o telegrama de V. Ex. do próximo passado referente a nomeação de subintendente para o primeiro distrito deste município, tenho a comunicar que chegou demasiado tarde e que, mesmo que assim não fosse, a nomeação de nosso dedicado amigo Cagliari para esse cargo, seria intempestiva: primeiro, porque, como já vos cientifiquei, a nomeação do sr. Isidoro Cavedon se impunha como necessidade, à harmonia e unificação do partido, pois que entre os comerciantes e industrialistas goza ele de geral estima; segundo, porque o bom amigo Cagliari, embora bastante popular, não exerce todavia a necessária influência sobre essa classe, da qual, como V. Ex. sabe, não se pode prescindir, quer política quer administrativamente. De modo que essa nomeação foi de um grande alcance político para o município. O entusiasmo demonstrado na eleição de 30 provou-me quão acertado andei fazendo a nomeação do sr. Cavedon.²³

A crise nas relações de poder em Alfredo Chaves são intensificadas quando o juiz distrital Arnaldo Ferreira passa a censurar publicamente a administração do intendente Pellegrino Guzzo, considerando “inqualificável” sua postura.²⁴ Em outro momento, o intendente chega a cobrar de Borges de Medeiros atitude sobre as ações do juiz distrital, afirmando que “Arnaldo Ferreira, continuou proceder incorretamente, de modo a comprometer o respeito que se lhe deve em virtude do cargo que exerce”, com o que conclui que “cumpre portanto a V. Ex. o chame à ordem para que isso não venha a suceder”.²⁵

O intendente em exercício, Pellegrino Guzzo (1907-1909), protesta a Borges de Medeiros, devido ao fato de o governador Carlos Barbosa não pretender pagar integralmente as despesas da construção de estradas coloniais, cabendo à Intendência local assumir parte da mesma:

Lamentarei muitíssimo se tal medida for tomada, pois que virá agravar a situação financeira do município, pela qual sou responsável e que, por essa forma, por pequeno que seja o encargo, iria involuntariamente

comprometer. Confio, portanto, que V. Ex. informado do trabalho executado neste município, com verdadeiro capricho, beneficiando centenas de colonos, quer facilitando-lhes o pagamento de suas colônias em serviço, quer proporcionando-lhes boas vias de comunicação, não permitirá que as vantagens desses melhoramentos, que refletem agradavelmente na vossa profícua administração, venham trazer dificuldades à administração municipal, aumentando-lhe o desequilíbrio financeiro.²⁶

Não deixa de ser relevante mencionar o clima de animosidade imperante no Município de Alfredo Chaves às vésperas da eleição para governo do estado de 1907, em que o candidato borgista Carlos Barbosa Gonçalves bateu o dissidente Fernando Abbott, como se pode observar na carta do médico Luiz Viglierchio:

Preciso de armas e munição para armar os colonos deste município. Necessário também um batalhão de artilharia, em caso que os contrariantes do atual governo entrassem neste município, por propagandear as teorias dos molestadores fanáticos. Saudades. Rogo-vos pronta resposta telegraficamente.²⁷

Convém pontuar que o remetente da carta supracitada, Luiz Viglierchio, juntamente com Stanislaw Fernando Tempski e Otávio Giuriolo, também médicos, foram acusados de colocar uma bomba com o objetivo de destruir o Seminário Capuchinho de Alfredo Chaves, na madrugada de 20 para 21 de setembro de 1908, justamente na simbólica data carbonária e garibaldina, de nítida expressão anticlerical. O artefato, contudo, não foi detonado nem os acusados foram apanhados em flagrante, porém foi instaurado um processo-crime, e os réus acabaram absolvidos. O indiciamento pelo delito, provavelmente, foi agravado pelo fato de serem maçons e por estarem há longo tempo em conflito com os frades capuchinhos.

Esses frades eram, por sua vez, acusados pelos réus de “charlatanismo”, pois, como médicos, sentiam-se “prejudicados em sua profissão, uma vez que perdiam clientela por causa das atividades exercidas pelos frades capuchinhos” (VENDRAME, 2007, p. 198-200), pois esses “distribuíam pílulas, pomadas de Santa Maria e Santa Theresa e óleo de Santa Brígida”. (MORAES, 1997, p. 47).

Também foram acusados de pertencer à Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Príncipe de Piemonte, adversária da igreja local, mas, ao longo do processo criminal, “nunca aparecem referências à Sociedade Príncipe de Piemonte, e sequer se sabe se o acusado italiano Viglierchio era sócio (se supõe que o polaco Tempski não o poderia ser), ainda que conste que no dia 20 houve desentendimento entre a entidade e os curas”; devido ao pretexto de um baile público realizado na praça da cidade. De modo que a “versão romanceada do caso, escrita originalmente a partir de 1929 e publicada em 1941, apresenta Togno Brusafrazi (Viglierchio) como iniciado na Maçonaria e no conflito com o clero depois de um jantar na sede da Sociedade de Mútuo Socorro”. (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 386-387). Nesse folhetim, no intuito de desqualificar os maçons, o personagem Togno Brusafrazi “aparece como adepto da Maçonaria, incorporando a figura dos dois médicos, e luta contra os freis os quais quer exterminar”. (VALDUGA, 2007, p. 180).

Após ser realizada a eleição estadual em 25 de novembro de 1907, mesmo em um momento de congratulações ao líder partidário, Pellegrino Guzzo ainda persiste em apontar à inconveniência da presença de certos funcionários públicos no município:

Conforme já tive a honra de comunicar a V. Ex., a vitória do partido republicano aqui foi cabal, não obstante o apoio que os adversários encontraram em alguns funcionários que, hipocritamente, fingindo auxiliar-me, prestavam-lhes entretanto, à surdina, o mais decidido concurso. Esse procedimento, hoje estou convencido, obedecia a um plano forjado desde a época da qualificação estadual, efetuada este ano sob a presidência do sr. Arnaldo Ferreira, secretariado pelos srs. Alfredo Rosa e Pedro de Lavra Pinto.²⁸

Talvez o atestado de probidade feito pelo adversário político Antônio Tagliari Filho, na carta anteriormente citada, estivesse carregado de sarcasmo. Talvez Borges de Medeiros estivesse desgostoso com as críticas à falta de auxílio do governo estadual na construção de estradas coloniais e em relação aos nomes indicados pelo líder partidário. O certo é que a insegurança que imperava no município e os conflitos com o Judiciário regional proporcionaram o isolamento político de Pellegrino Guzzo na chefia do Executivo de Alfredo Chaves, sendo processado judicialmente:

Estava ainda no exercício da Intendência em 1909, quando ele e vários outros funcionários do município sofreram a acusação de peculato, por desvio de verbas oriundas da dívida colonial. Em 19 de maio de 1909, conforme telegrama dessa mesma data, exonerou-se do cargo de vice-intendente, que passou a ser exercido, pouco depois, por outro vice-intendente, Achylles Taurino de Rezende. Este, através de sucessivas eleições, conservar-se-ia na administração de Veranópolis até 1924. Sentença de primeira instância, proferida em 29/9/1909 pelo juiz da comarca de Bento Gonçalves, Dr. Antônio Casagrande, condenou Pellegrino Guzzo a 4 anos de reclusão, bem como outros 12 funcionários municipais a penas diversas, sendo todos recolhidos à prisão. Um *habeas-corporis* concedido pelo Superior Tribunal do Estado, em 6 de maio de 1910 anulou o processo-crime, por falta de uma prévia tomada de contas aos réus, e restituiu todos à liberdade.²⁹

A consolidação do modelo borgista

O afastamento de Borges de Medeiros da chefia do Executivo estadual, no período de 1908 a 1912, não significou que tenha se ausentado da condução das relações partidárias e de questões relacionadas à administração estadual. Esse interregno borgista correspondeu a ajustes na estrutura partidária, através da reorganização burocrática e hierárquica do PRR.

A consolidação do poder borgista, ajustado às bases coronelistas locais, deveu-se ao fato de Borges de Medeiros ter permanecido na chefia partidária, o que possibilitou organizar a seu favor a rede de compromissos e alianças coronelistas, efetuando intervenções, substituições de comandos políticos nos municípios e afastando tradicionais castilhistas do poder, substituídos por grupos políticos adversários em várias localidades. Após 1913, Borges de Medeiros cristaliza sua chefia unipessoal assegurando os comandos partidário e administrativo, mas esse controle aparentemente incontestado estava associado a uma orgânica tensão interna, representada tanto pelas oposições quanto por aquelas facções do PRR afastadas dos poderes locais.

Na RCI observa-se que a oposição ao borgismo toma impulso antes mesmo da década de 20 do século XX. Em 1915, Achylles Taurino de Resende, intendente de Alfredo Chaves, atesta a Borges de Medeiros que mesmo republicanos assinam o *Correio do Povo*,³⁰ a evidenciar o engajamento desse jornal que se gabava de neutralidade política, em

detrimento de *A Federação*, em um claro sinal de que o órgão de imprensa do partido não mais satisfazia as fileiras republicanas:

“Todavia estou imensamente empenhado em estender o mais possível a circulação do nosso glorioso órgão no município, máxime quando ele está aparelhado para, com vantagem indiscutível, fazer frente ao *Correio do Povo* que, infelizmente, conta ainda em todo o estado com grande número de assinantes e, o que é profundamente lamentável, a maioria deles ou quase totalidade é formada de republicanos. Entretanto esse jornal, como meu preclaro chefe sabe, não desperdiça ensejo em editar tudo que é contrário à situação e aos republicanos. Continua sendo nosso tradicional inimigo. Daí a conveniência dos nossos amigos abandonarem-no de vez. Estas ponderações, embora de forma reservada, tenho feito aos que assinam o *Correio* aqui e todos prontamente logo que terminem as respectivas assinaturas, substituírem-no pela *Federação*.³¹”

Declínio do borgismo regional

O Coronel Achylles Taurino de Resende, natural de Rio Pardo, governou o município de 1909 a 1924, sendo, durante esse período, “prestigiado pelo governo do Estado e credenciado como um eficiente vencedor de pleitos eleitorais” (FRANCO, 2002, p. 134) e considerado um “republicano fiel, político austero e inteligente, mas autoritário como convinha ao sistema”. (FARINA, 1992, p. 78). Sua derrocada iniciou no fim de 1923, quando foi questionado pelo Conselho Municipal sobre dívidas contraídas,³² o que o fez solicitar licença por tempo indeterminado e se afastar do cargo e do município em abril do ano seguinte.

Esse episódio não foi um fato isolado, mas decorrente do novo contexto político estadual. *O Pacto de Pedras Altas*, de dezembro de 1923, mesmo garantindo a permanência de Borges de Medeiros no poder estadual por mais cinco anos, afetou estruturalmente o borgismo. A reforma constitucional acarretou a impossibilidade de reeleição do presidente estadual, assim como determinou a eleição do vice-presidente do estado (até então indicado) e, principalmente, limitou as intervenções de Borges de Medeiros nos municípios. (VIZENTINI, 1992, p. 31-35).

Com essas reformas pontuais, o borgismo viu-se abalado, pois a continuidade administrativa, no estado e nos municípios, deixa de ser

norma, como nos anos anteriores, e passa a ser algo a ser negociado com as facções e as dissidências disseminadas por todo o Rio Grande do Sul. Nas palavras do próprio Borges de Medeiros, se comprova a importância que a possibilidade de reeleições e indicações conferia ao seu sistema de governo:

O critério geral das re-eleições é o princípio que pleiteia e coordena esses movimentos cívicos, que se caracterizam pela ausência de ambições desregradas e de paixões facciosas. Umas e outras ficam contidas naturalmente pela concentração eleitoral exigida para a re-eleição o que também favorece de muito a moderação e a disciplina predominantes nesses comícios, em que a liberdade e a concórdia tanto dignificam a função do voto. Mas o que realça sobretudo o mérito dessa prática, é ser uma garantia sólida de continuidade administrativa. E é na comuna de organização similar às associações privadas ou industriais, que mais imperiosa se torna a necessidade da observância dessa norma política como o meio mais eficaz de evitar a perturbadora influência da instabilidade sobre os negócios de uma pequena coletividade.³³

Essa nova ordenação política estadual possibilitou às oposições maior liberdade de atuação, bem como o fortalecimento das facções adversárias daqueles grupos ligados ao borgismo nos poderes locais. Isso não significa afirmar que fraudes eleitorais e episódios de violência política tenham sido atenuados nesse período. Segundo Joseph Love,

nos anos de 1913 a 1927, o chefe do Partido Republicano, que controlava também o governo, recebeu 69 relatórios de fraude eleitoral e violência motivadas pela política. Conquanto não sejam, de modo algum, uma lista exaustiva de exemplos de fraude e violência, estes incidentes podem considerar-se representativos do tipo e da relativa extensão das irregularidades políticas. Cerca de três quartos dos incidentes envolviam a violência ou a intimidação física. Quase 80% dos casos diziam respeito a fraude nas eleições ou em registro de eleitores. 60 dos 69 incidentes foram atribuídos ao PRR, o restante à oposição. [...] Não obstante, 39% dos 69 casos podem ser identificados como resultantes das lutas interpartidárias entre coronéis republicanos locais. (1975, p. 140).

Os intendentes foram elementos essenciais na articulação entre as lideranças econômicas regionais e o governo estadual, com “a prerrogativa de organizar e garantir a dominação do PRR e apaziguar os conflitos entre as diferentes facções políticas locais”, o que não significou a “neutralidade dos intendentes frente às disputas locais”, já que, além de se envolverem em disputas, eram, muitas vezes, “focos geradores de conflitos”. (FÉLIX; KLEBER; SCHMIDT, 1992, p. 61).

Nesse momento o território do Município de Alfredo Chaves foi reduzido devido à emancipação do Segundo Distrito, Capoeiras (atual Nova Prata), obra levada a cabo pelas lideranças distritais: Henrique Lenzi, Cônego João Antônio Peres, Félix Engel Filho, Adolpho Schneider, Fernando Luzzatto, Clemente Tarasconi e Luiz Marafon. Esses, reunidos em comissão, encaminharam um memorial a Borges de Medeiros solicitando a emancipação dos Distritos de Capoeiras, Nova Bassano, Vista Alegre e mais a anexação dos Distritos de Araçá, Paraí e Protásio Alves (pertencentes à Lagoa Vermelha, cujos habitantes reclamavam da longa distância que os separava da sede municipal). A emancipação deu-se em 11 de agosto de 1924, sendo criado o Município do Prata, constituído pelos Distritos de Prata (ex-Capoeiras), Nova Bassano e Vista Alegre, instalado em 15 de novembro do mesmo ano. (FARINA, 1992, p. 79, 116).

Com a saída de Achylles Taurino de Rezende do poder municipal, assume o vice-intendente Sigismundo Reschcke. Em novembro de 1924, o intendente Reschcke apresenta relatório da receita e despesa do município, respectivamente 391.082\$018 réis e 389.573\$140 réis. Por sua vez, acentuando as divergências entre o intendente e os conselheiros, o Conselho Municipal de Alfredo Chaves, em março de 1925, “fixa a despesa para o corrente exercício em 210.000\$000 réis”. (DUARTE, 1958, p. 41). Em 1925, o presidente do Conselho Municipal de Alfredo Chaves envia abaixo-assinado a Borges de Medeiros solicitando sua intervenção “conciliatória” para o fim de afastamento do vice-intendente, Sigismundo Reschcke, no que foi atendido:

Os Conselheiros Municipais de Alfredo Chaves, abaixo assinados, vem mais uma vez solicitar a intervenção conciliatória de V. Ex., para normalizar a precária situação política e administrativa daquele município, que novamente tende a agravar-se pelo irregular comportamento do vice-intendente em exercício [...]. Julgam as pessoas

que intervieram nesse entendimento remover, por esse modo, a desconfiança que a irregular vida privada do vice-intendente produzira, arruinando sua família com dívidas de jogo. A expectativa de que o jovem vice-intendente se reabilitasse no conceito público, com a ponderada colaboração do Conselho, não se realizou. Acentua-se sempre mais a incompatibilidade desse moço para o exercício da grave função de administrador [...]. Ainda a soma de dificuldades de toda sorte que o juiz distrital da sede do município, [...] vem opondo à administração municipal na forma porque se acha estabelecida, concorrem para dificultar que o Conselho Municipal cumpra sua delicada missão administrativa e política, é nestas circunstâncias insustentável a situação para o Conselho, em cujas mãos V. Ex. depositou os destinos de Alfredo Chaves. Vem, pois, solicitar a intervenção de V. Ex. no sentido de ser afastado do governo municipal, por meios suasórios, o sr. Sigismundo Reschcke, cujo mandato se torna flagrantemente incompatível com os interesses da política local e seus representantes.³⁴

A crise econômica no município era tamanha que a Associação Comercial de Alfredo Chaves solicita a Borges de Medeiros que ocorra a repartição das dívidas passivas com o Banco Pelotense, deixadas pela administração do Coronel Achylles Taurino de Rezende (mais de 900:000\$000 de réis), entre Alfredo Chaves e o novo Município do Prata.³⁵

A postura dos conselheiros municipais era de tutelar as ações do intendente Sigismundo Reschcke até em sua vida particular. Como representantes da política de Alfredo Chaves, passam a ingerir em uma área que não seria de sua alçada legal, já que a função dos Conselhos estava restrita à votação dos orçamentos e não era a de ser responsáveis pela administração. Os conselheiros alcançaram seu objetivo, pois, em agosto de 1925, o intendente Sigismundo Reschcke é substituído provisoriamente por Carlos Heitor de Azevedo.³⁶ Mesmo assim, o Conselho de Alfredo Chaves renuncia coletivamente ao seu mandato. (DUARTE, 1958, p. 42).

Mas, novamente, os conselheiros de Alfredo Chaves tentam intervir na escolha do intendente que sucederia a Carlos Heitor de Azevedo, em 1926. Em carta do vice-intendente, Victorio Dal Pai, há a indicação de candidato à Intendência, na qual os signatários constroem uma identidade discursiva, sua e do candidato, de modo a evidenciar a Borges

de Medeiros o prestígio e a capacidade deles, bem como sua representatividade na localidade:

Tomamos liberdade de expor a V. Ex. que continua lavrar desgosto geral causado no seio do partido republicano local, pelo motivo da inesperada intervenção do dr. Carlos Heitor de Azevedo, apresentando a V. Ex. proposta a candidato ao cargo de intendente municipal o dr. César Pestana, em completo desacordo às nossas aspirações conforme nos prometeu, indicar a V. Ex. em primeiro lugar o dr. Eduardo Duarte e em segundo lugar o sr. César Todeschini, estimadíssimo neste meio social e considerado hoje em dia como *desideratum populi* e que igualmente pretende pleitear as eleições. Nesta emergência, nós abaixo-assinados, republicanos de coração e alma, representantes legítimos do povo, pioneiros do progresso e bem-estar deste município, a fim de evitar desilusões e surpresas e, outrossim, para manter a união do partido e garantia de votos em futuras eleições pedimos rogar a V. Ex. que nos seja concedida ampla liberdade de apoiar a candidatura do distinto moço César Todeschini; filho do ardoroso republicano ex-conselheiro municipal Antônio Todeschini. Confiamos inteiramente no alto critério de V. Ex. que certamente não deixará de apoiar esta escolha genuinamente popular.³⁷

César Pestana, mesmo “em completo desacordo” com as aspirações dos remetentes da carta acima, foi indicado por Borges de Medeiros e eleito para o quadriênio 1926-1930, só deixando o cargo por renúncia devido ao movimento de 1930, lembrando que Carlos Heitor de Azevedo foi eleito com 708 votos e, para vice-intendente, Victorio Dal Pai, com 749. (DUARTE, 1958, p. 42). Como menciona Geraldo Farina, “em 25 de julho de 1926 são realizadas novas eleições. Há denúncias de fraudes. O advogado Alberto Pasqualini faz veemente protesto. Mas o Conselho Municipal confirma o resultado: Dr. César Pestana é eleito intendente”. (FARINA, 1992, p. 117). Essa postura do Conselho Municipal de Alfredo Chaves, aparentemente descabida, foi decorrência do ambiente político vivenciado no Rio Grande do Sul, após o *Pacto de Pedras Altas*, quando a ação oposicionista de conselheiros municipais em relação a certos intendentess ocasionou, inclusive, a derrocada de alguns deles.

O coronelismo nos distritos coloniais

Em relação à emancipação política do Segundo Distrito de Alfredo Chaves, Capoeiras, deve-se pontuar a forma como a composição do Conselho Municipal do novo município poderia acarretar divergências. Se os conselhos serviam para unir todas as facções políticas no município, até mesmo como uma oportunidade de conciliação com as forças opositoras, após 1923, o modo como isso era feito não deixava de ser problemático.

Nas eleições municipais de Nova Prata, em 1924, Oscar Geyer, líder da oposição local, foi procurado pelo intendente municipal Félix Engel Filho, a pedido de Borges de Medeiros, com o intuito de cooptar a oposição e restabelecer a “paz republicana” no município. Oscar Geyer expõe o que ficou acertado entre as duas lideranças sobre a indicação do opositorista André Carbonera:

Devido a lei não permitir colocar em uma única chapa os nomes dos sete candidatos, fazer-se uma chapa com o nome de seis candidatos, escrito uma só vez, e outra, na qual o nome do sétimo candidato seria repetido seis vezes e, para não haver desigualdade de votação, fazer a distribuição de maneira que para cada chapa que tivesse o nome repetido, fossem distribuídas seis das outras [...] verificou-se no dia das eleições, não figurar o Sr. André na chapa oficial e haver apenas 10 ou 12 cédulas com o nome do Sr. André. [...] Mandei saber se em Nova Bassano se dava o mesmo fato e fui informado que até aquela hora [10 horas], ainda não tinham aparecido chapas com o nome do Sr. André. Procurou-se, então, fazer votação cerrada no nome do nosso companheiro. Pouco, porém, se conseguiu, um pouco devido ao adiantado da hora, outro por serem as chapas distribuídas aos nossos eleitores, desviadas.³⁸

Para o período de 1924 a 1928 foram empossados os conselheiros Adolpho Schneider, Luiz Leduc, Umberto Simionatto, Alberto Peruzzo, Eugênio Bettio, Guglielmo Stochmans e André Carbonera. Três foram substituídos pelos seus suplentes: Schneider, Stochmans e Carbonera. Para Farina, Nova Prata “desde seu berço, estava minada de chefetes e chefões, de comandantes e comandados”, haveria “muitos tenentes e capitães para poucos soldados”, de modo que “as rixas políticas, o domínio de uns sobre os outros, a falsa moralidade de terceiros, a ganância e o

monopólio de um quarto tipo de pessoas também reinavam ao lado de gente, indiscutivelmente trabalhadora, simples, humilde, idealista”. (FARINA, 1986, p. 98). Vale pontuar que Oscar Geyer era gerente, e André Carbonera, um dos sócios proprietários da Empresa Colonizadora Santa Bárbara Ltda., criada em 1924, responsável pela compra e o loteamento de colônias privadas no Estado do Paraná. (FERREIRA, 2006, p. 50-51).

Nova Prata estava dividida em duas facções adversárias: os *jagunços* (oposicionistas assististas), liderados por Oscar Geyer e por Rafael Cherubin; adversários dos *pitocos* (borgistas), liderados por Félix Engel Filho, intendente municipal, de agosto de 1924 a novembro de 1928. (FARINA, 1986, p. 102-117). Esse intendente havia enfrentado uma crise em seu governo, no ano de 1924, que originou um tiroteio entre jagunços e pitocos, fato que teria motivado o pedido de conciliação feito por Borges de Medeiros. (FÉLIX; KLEBER; SCHMIDT, 1992, p. 81-82).

Conclusão

Alfredo Chaves, como os demais municípios da RCI, apresentou relações de poder coronelistas, marcadas pelo clientelismo político, durante o período da República Velha. Objetivando ampliar sua base de apoio, o PRR buscou, sempre que possível, cooptar para si lideranças regionais, econômicas ou religiosas, no que nem sempre obteve sucesso.

As complexas relações de poder na RCI negam que o coronelismo foi tênue em áreas coloniais, já que nela se encontravam fatores que caracterizavam o coronelismo no estado durante o período borgista: a existência de facções políticas em conflito dentro dos Partidos Republicanos locais, a presença de uma imprensa política em acordo com essas facções e a atuação de coronéis burocratas, alheios àquele meio, indicados por Borges de Medeiros. Também se encontram peculiaridades que especificavam o coronelismo regional: a existência de um setor comercial progressivamente atuante na política e na administração ou a presença de lideranças religiosas politicamente atuantes no período. O sistema coronelista na RCI apresentava uma dinâmica interna própria, mesmo que a sua existência fosse, obviamente, decorrente de um contexto mais amplo: estadual e federal.

Assim, as condições da manutenção do poder coronelista na RCI davam-se através de aliança ou de troca de favores entre as lideranças

políticas, econômicas e religiosas regionais com o poder estadual (do atendimento ou não dessas demandas decorria a “pacificação” de conflitos localizados); por meio da nomeação de coronéis às Intendências Municipais (com o intuito de afastar facções ou lideranças locais de tal posto); através da retirada de alguns elementos partidários que pudessem causar embaraço ao poder do PRR na região (desde que não proporcionasse a supremacia de uma facção partidária sobre seus adversários) e por meio de um gradual processo de obtenção de cargos públicos por parte das lideranças econômicas regionais (primeiramente restrito aos Conselhos Municipais e, após, às Intendências).

Em busca do processo conclusivo da pesquisa acerca do coronelismo na RCI no Rio Grande do Sul, tem-se a convicção de que suas conclusões podem servir de ponto de partida para novas pesquisas, questões e interpretações sobre a temática.

Notas

¹ Telegrama de Albano Coelho de Souza a Borges de Medeiros (13/6/1898, Fundo Veranópolis/Arquivo Borges de Medeiros (ABM) /Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)).

² Carta de Albano Coelho de Souza a Borges de Medeiros (n. 10.421, 8/12/1903, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS). Ainda no ano de 1900, mais precisamente no dia 3 de novembro, o diretor da Comissão de Terras, Francisco Carlos Barreto Leite, já indiciado, “confessou haver fraudado o Tesouro do Estado, oferecendo em pagamento seus bens imóveis, sendo os mesmos avaliados em 30 contos de réis”. (FARINA, 1992, p. 67). Barreto Leite vendeu ao peculatório intendente Alfredo Lima o prédio que serviria de sede à Intendência Municipal, pretendendo cobrir, desse modo, o desfalque que causara à Fazenda do Estado em sua repartição.

³ Carta de Attilio Giuriolo a Borges de Medeiros (n. 10.423, 10/6/1903, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS). Attilio Giuriolo era procedente de Azzignano, proximidade de Vicenza e se estabeleceu, posteriormente, em 1907, em Vacaria, onde se empregou na Escola São Carlos dos Irmãos Lassalistas.

⁴ Carta de Albano Coelho de Souza a Borges de Medeiros (n. 10.425, 12/1/1904, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).

⁵ Carta de Giacomo Lunardi a Borges de Medeiros (n. 10.427, 5/6/1904, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).

⁶ Carta de Albano Coelho de Souza a Borges de Medeiros (n. 10.428, 28/6/1904, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).

⁷ Carta de João Leivas de Carvalho a Borges de Medeiros (n. 10.430, 29/8/1904, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).

⁸ Carta de João Leivas de Carvalho a Borges de Medeiros (n. 10.435, 10/10/1905, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).

⁹ Carta de João Leivas de Carvalho a Borges de Medeiros (n. 10.435, 10/10/1905 – Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).

¹⁰ Carta de Jacob Nicolau Ely a Borges de Medeiros (n. 2.204, 15/3/1906, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS). Em carta remetida de Bento Gonçalves, o juiz distrital Lúcio Cidade afirma a Borges de Medeiros que o combate da praga poderia possibilitar a cooptação de adversários: “Existe um grito aqui, que devo levar a V. Ex. Refiro-me a uma estrada Santa Theresa, que V. Ex. prometeu, como subsídio aos colonos que sofreram com os gafanhotos. Estes estão passando miséria. Ainda existem gafanhotos no município. [...] Luis D’Arrigo (chefe maragato) esteve comigo. Garantiu-me, que desde que a Estação da via férrea venha à vila, ele e companheiros virão [...] ao Partido Republicano em apoio a V. Ex. Este homem é sério e virá conosco, desde que o ajeite”. (n. 392, 27/4/1906, Fundo Garibaldi/ABM/IHGRGS).

¹¹ Carta de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior a Borges de Medeiros (n. 381, 19/1/1906, Fundo Bento Gonçalves/ABM/IHGRGS).

¹² Carta de Albano Coelho de Souza a Borges de Medeiros (n. 10.436, 16/10/1905, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).

- ¹³ Carta de João Marques da Silva Porto a Borges de Medeiros (n. 10.442, 2/1/1906, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ¹⁴ Carta de João Marques da Silva Porto a Borges de Medeiros (n. 10.444, 28/2/1906, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ¹⁵ Carta de João Leivas de Carvalho a Borges de Medeiros (n. 10.449, 21/7/1906, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ¹⁶ Carta de José Maria Carneiro da Fontoura a Borges de Medeiros (n. 10.448, 26/6/1906, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ¹⁷ Carta de Erasmo Saretta a Borges de Medeiros (n. 10.453, 18/12/1906 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).
- ¹⁸ Carta de João Leivas de Carvalho a Borges de Medeiros (n. 10.452, 11/12/1906, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ¹⁹ Carta de Antônio Tagliari Filho a Borges de Medeiros (n. 10.456, 26/3/1907, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ²⁰ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10.458, 28/4/1907, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ²¹ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10.460, 6/6/1907, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ²² Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10.455, 19/2/1907, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ²³ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10.457, 2/4/1907, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ²⁴ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10.461, 7/6/1907, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ²⁵ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10.462, 2/7/1907, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ²⁶ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10.420, 7/1907, Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).
- ²⁷ Carta de Luiz Viglierchio a Borges de Medeiros (n. 10469, 19/09/1907, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ²⁸ Carta de Pellegrino Guzzo a Borges de Medeiros (n. 10.466, 30/11/1907, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ²⁹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Os primeiros intendentess borgistas de Veranópolis*. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 73.
- ³⁰ O *Correio do Povo*, ainda que exaltando seu pretensão apartidarismo e a neutralidade, em contraposição aos jornais de orientação político-partidária, constantemente deu voz às oposições ao borgismo no estado. Durante a década de 20 (séc. XX), por exemplo, o *Correio do Povo*, através de seus diretores (primeiro José Alexandre Alcaraz e após Fernando Caldas), eram ligados formalmente à Aliança Libertadora, sendo que o segundo (filho do fundador) orientou o jornal para a oposição sistemática às políticas do PRR e à presidência estadual de Borges de Medeiros, principalmente a partir da divulgação de casos políticos que pudessem constranger o borgismo perante a opinião pública.
- ³¹ Carta de Achylles Taurino de Rezende a Borges de Medeiros (n. 10.471, 18/3/1915, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS).
- ³² “O Conselho Municipal toma conhecimento de uma dívida do município com o Banco Pelotense na importância de 220.159,490 réis e mais 55 milhões de réis em notas promissórias.

Somas elevadíssimas para a época.” (DUARTE, 1958, p. 49).

³³ Mensagem de Borges de Medeiros à Assembleia dos Representantes. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A *Federação*, 20 de setembro de 1920.

³⁴ Carta de Victorio Dal Pai e outros a Borges de Medeiros (n. 10.476, 10/7/1925, Fundo Veranópolis/ ABM/ IHGRGS).

³⁵ Carta da Associação Comercial de Alfredo Chaves a Borges de Medeiros (n. 10.475, 4/6/1925, Fundo Veranópolis/ ABM/IHGRGS). A Associação Comercial de Alfredo Chaves foi fundada em 29 de janeiro de 1916, com o nome de União Comercial de Alfredo Chaves.

³⁶ O Bacharel Carlos Heitor de Azevedo foi nomeado intendente provisório de Erechim, no período de 6 de setembro de 1918 a 6 de maio de 1919, antes de cumprir igual função em Alfredo Chaves, de 24 de agosto de 1925 a 25 de julho de 1926.

³⁷ Carta de Victorio Dal Pai e outros a Borges de Medeiros (n. 10.477, 28/5/1926, Fundo Veranópolis/ABM/ IHGRGS).

³⁸ Carta de Oscar Geyer a Borges de Medeiros (n. 3.258, 14/10/1924, Fundo Nova Prata/ABM/IHGRGS). Com o intuito de dar maior credibilidade à sua versão, o remetente anexa, à sua missiva, as cartas: 1) de Oscar Geyer a Carlos Heitor de Azevedo, Nova Prata, 14/10/1924; 2) de Oscar Geyer a David de Oliveira Júnior, Nova Prata, 14/10/1924; 3) de Oscar Geyer a Octacílio Vaz, Nova Prata, 25/10/1924; 4) de Oscar Geyer a Luiz Marafon, Nova Prata, 14/10/1924; 5) de Luiz Marafon a Oscar Geyer, Nova Prata, Nova Bassano, 16/10/1924; e 6) de Oscar Geyer a Emílio Ataliba Finger e Antônio Balzan, Nova Prata, 14/10/1924.

Referências

- DUARTE, Eduardo. *Síntese histórica de Veranópolis: efemérides político-sociais, administrativo-religiosas*. Veranópolis: Prefeitura Municipal de Veranópolis, 1958.
- _____. Síntese histórica de Veranópolis: 1886-1950. In: COSTA, Rovílio et al. (Org.). *Povoadores das colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Correio Riograndense, 1997. p. 279-315.
- FARINA, Geraldo. *História de Nova Prata*. Caxias do Sul: Educus, 1986.
- _____. *História de Veranópolis: 1888-1992*. Veranópolis: Smec, 1992.
- FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haiké Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*. Porto Alegre: Relatório Final de Pesquisa/CNPq, março de 1992.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. *Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Os primeiros intendentes borgistas de Veranópolis. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 67-112.
- _____. Os coronéis burocratas da Região Colonial Italiana na era Borges de Medeiros. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul: Educus, v. 1, n. 2, p. 129-137, jul./dez. 2002.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MORAES, Regina Colman de (Org.). *Togno Brusafрати: Tonho queimafrades*. Porto Alegre: EST, 1997.
- SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas: estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940*. 2004. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2004.
- VALDUGA, Gustavo. *Paz, Itália, Jesus: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio Riograndense (1930-1945)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2007.
- VENDRAME, Maíra Ines. *Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2007.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *A crise dos anos 20*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

